

COMMODITIES Proposta é avaliada por conselho que reúne órgãos de proteção ao meio ambiente

# Mata atlântica poderá ter produto negociado em Bolsa

CLAUDIA ASAZU  
da Reportagem Local

Tornar a mata atlântica e a proteção ambiental um ativo negociável em Bolsa. Essa é a proposta do "Brazilian Environment Commodities Exchange", lançada pelo projeto CTA (Consultant Trader Adviser, geradores de negócios) do Sindicato dos Economistas de São Paulo.

"A idéia é desenvolver um mecanismo para dar valor aos bens da floresta e transformar produtos da mata atlântica como a bromélia, o urucum ou o palmito em ativos", disse Amyra El Khalili, coordenadora do projeto.

Os produtos da mata atlântica teriam certificados com a comprovação de que foram produzidos em condições sustentáveis e não arrancados ilegalmente.

Inspirado no sistema adotado pelo Veiling Holambra —unidade de flores da Cooperativa Agropecuária de Holambra (SP), que realiza leilões diários de flores—, os produtos da mata atlântica não poderão ser vendidos se não alcançarem critérios de padronização estipulados pela Bolsa.

"Não adianta apenas ter o certificado; é preciso um centro de comercialização que exija certificação", afirma.

A Bolsa deverá negociar, além dos "ativos" da mata atlântica, água, energia, controle de emissão de poluentes, madeira, reci-

clagem, biodiversidade e minério.

A idéia está em estudo no Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da mata atlântica, entidade que reúne representantes de órgãos governamentais e não governamentais ligados à proteção da mata.

"O discurso ambientalista mudou. Antes, ele só enfocava a questão da preservação. A palavra de ordem era não tocar na floresta. Percebeu-se que a mata continua sendo devastada e hoje começa-se a contabilizar o aspecto econômico", disse Luciana Simões, gerente-executiva do conselho.

O projeto prevê, além do centro de comercialização dos produtos extraídos da mata, financiamentos por meio de CPAs (Cédulas de Produto Ambiental), a exemplo das CPRs (Cédulas do Produto Rural).

A CPR é um contrato de venda futura de mercadoria avalizado pelo Banco do Brasil. Na CPR, o agricultor é obrigado a fazer a entrega do produto a um preço combinado com o comprador, que paga à vista para receber durante a safra. Dessa forma, o agricultor consegue recursos para financiar o custeio da lavoura.

O sindicato já está negociando com o BB o aval para as CPAs. A expectativa é que organismos estrangeiros também se interessem em financiar os produtos da mata. "Muitas instituições estrangeiras como o FDA (órgão que regu-

la remédios e alimentos nos EUA) e a Usaid (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional) investem a fundo perdido no meio ambiente, o que não acontece com a agricultura", disse Amyra.

## Negócio rentável

A proteção ambiental deixou de ser "filantropia" e passou a ser um negócio —rentável— há alguns anos.

A Ecoscurities, sediada em Londres e com escritórios em diversas cidades, inclusive no Rio de Janeiro, é um caso. A empresa, dirigida pelo brasileiro Pedro Moura Costa, é especializada no desenvolvimento de projetos que reduzem o nível de gás carbônico na atmosfera e na negociação de certificados de emissão do gás.

Esse mercado surgiu com a Convenção sobre Mudanças Climáticas em Kyoto (Japão), em 97, quando se definiram cotas para a emissão de gás carbônico por parte dos países industrializados.

O custo de reduzir as emissões —estimado em US\$ 40 bilhões por ano— criou contratos de compra e venda de certificados que conferem aos países desenvolvidos o direito de poluir.

Países subdesenvolvidos, que em geral emitem menos poluentes, vendem suas cotas aos que poluem mais.

De acordo com Moura Costa, de 92 a 98 o mercado movimentou

US\$ 500 milhões. No entanto, a estimativa é que em cinco anos o mercado passe a movimentar US\$ 20 bilhões por ano, em razão do aumento da demanda por parte de países industrializados.

No Brasil, a Peugeot iniciou neste ano o primeiro projeto, orçado em US\$ 15 milhões, na ilha do Bananal.

Outro exemplo é o banco de investimento brasileiro Axial. A instituição administra o Fundo Terra Capital, que reúne recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do IFC (braço financeiro para o setor privado do Banco Mundial) destinados a empresas que preservam o meio ambiente. O fundo conseguiu captar US\$ 15 milhões e, no próximo ano, o volume de recursos deve chegar a US\$ 25 milhões.

O banco destina verbas para setores como ecoturismo, produção extrativista sustentada e agricultura orgânica na América Latina.

Já existem projetos em andamento na ilha de Marajó. A Ita, empresa que comercializa palmitos, recebeu US\$ 1 milhão do fundo para conseguir o "selo verde" (ISO 14020), atestado de que o produto obedece às regras de manejo sustentável. A empresa já recebeu pedidos da Suíça e da Itália.

"A idéia é tornar o extrativista um sócio do negócio para que ele se interesse em preservar a mata", disse John Forgách, vice-presidente-executivo do banco.



Amyra El Khalili, do CTA, com uma trepadeira da mata atlântica